



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

DA CAPITAL

- Rua Manai, 62, casa 01 Campo Grande, CEP 23.052/220/RJ –

Tel.: 21-3394-4464

Ementa: Acompanhamento e fiscalização do serviço de acolhimento ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA.

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
(ART. 32, II DA RESOLUÇÃO GPGJ 2227/JULHO DE 2018)**

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da **7ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude da Comarca da Capital**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, *caput* e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal nº 8.625/93, art. 34, VI da Lei Complementar Estadual nº 106/03 e nas Resoluções GPGJ nº 2227/2018 e CNMP nº 174/2017, com fulcro no art. 227 da Constituição da República; na Lei Federal nº 7.347/85; nos artigos 4º, 19, 86, 91, 94, 95, 101 e 223, todos da Lei nº 8.069/90; na Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2006, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e na Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/09, que aprovou as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças de adolescentes, trazendo parâmetros objetivos para a criação e o funcionamento dos serviços de acolhimento, bem como, considerando que o **ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA** presta assistência ao serviço de acolhimento institucional para crianças e que o respectivo atendimento vem sendo fiscalizado por este órgão à luz das normas vigentes aplicáveis à matéria, inclusive para apurar eventuais deficiências e buscar a devida adequação, **RESOLVE INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, a teor do art. 32, II da **RESOLUÇÃO GPGJ 2227/JULHO DE 2018**, na forma que segue:

Atribuição: Tutela Coletiva dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos em Campo Grande e Guaratiba.

MPRJ Nº 2022.00062772

Data: 25/01/2022

Prazo: 1 ano (art. 35 RESOLUÇÃO GPGJ 2227/JULHO DE 2018)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

DA CAPITAL

- Rua Manai, 62, casa 01 Campo Grande, CEP 23.052/220/RJ –

Tel.: 21-3394-4464

Assunto (Código): 1600141 – Fiscalização das Entidades de Acolhimento Institucional e Programas de Acolhimento Familiar

Serviço: **ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA**, situada na Rua Belchior da Fonseca, nº 165, Pedra de Guaratiba.

Objeto: Fiscalização do atendimento prestado pela entidade de acolhimento ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA, apuração de eventuais deficiências no atendimento prestado e nas condições de funcionamento e documentação de informações para subsidiar eventuais medidas, visando à adequação do serviço aos parâmetros legais e às normas específicas sobre o tema.

Para tanto, determina-se:

1. tramitar e armazenar o procedimento utilizando o aplicativo de compartilhamento *Sharepoint*, a teor do art. 8 e parágrafo primeiro da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 33, de 30 de julho de 2020.
2. Registre-se e autue-se, com as devidas anotações e anexação da presente no MGP.
3. Fixa-se o prazo de conclusão em 1 ano, prorrogável na forma do art. 35 Resolução GPGJ 2227/2018).
4. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, § 1º, I 33 da Resolução GPGJ 2227/JULHO DE 2018), bem como encaminhando cópia da presente ao Centro Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (art. 80, I, da Resolução GPGJ nº 2227/JULHO DE 2018) e
5. Juntar relatórios de 2020/2021 enviados à CGMP e CNMP, além das principais peças do procedimento administrativo nº 05/2019 dos referidos anos.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2022.

KARINA
VALESCA
FLEURY:018391
94758

Assinado de forma
digital por KARINA
VALESCA
FLEURY:01839194758
Dados: 2022.01.25
14:22:29 -03'00'

KARINA VALESCA FLEURY
PROMOTORA DE JUSTIÇA
MATRÍCULA Nº 1861